



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ**

**Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.
CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina
E-mail: licitacao@ita.sc.gov.br - site: ita.atende.net**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º

I. Informações Básicas:

Estudo Técnico Preliminar – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

II. Contatos:

E-mail: administracao@ita.sc.gov.br

Telefone: 49 3458-9509

Responsável(is): Élton José Thomas

III – OBJETO:

Inscrição para servidores do município participarem de capacitação e assessoramento sobre a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), com enfoque prático de todas as fases da licitação, desde a formação do processo licitatório, planejamento, seleção de fornecedores, até a homologação, gestão e fiscalização de contratos administrativos, dispensa de licitação e procedimentos auxiliares, incluindo:

- 16 (dezesseis) horas de curso presencial sobre a Nova Lei de Licitações, aspectos gerais e específicos aplicados ao município, com enfrentamento de situações cotidianas, sobre a realidade da administração pública e atuação dos agentes públicos envolvidos, gerando conhecimento sobre os pontos mais polêmicos da legislação e capacitando para atuação diária, seja dos requisitantes, no assessoramento jurídico, controle interno ou diretamente nos responsáveis pelas compras públicas, com possibilidade de perguntas e esclarecimentos de dúvidas sobre os temas;

- 04 (quatro) reuniões virtuais de 01 (uma) hora cada, para esclarecimentos e orientações diversas sobre os temas;

- 12 (doze) horas de assessoramento virtual para acompanhamento das ações desenvolvidas, orientações sobre a implantação da nova lei de licitações, pelo período de 60 (sessenta) dias, abrangendo acompanhamento dos processos licitatórios e contratos administrativos, auxílio na gestão por competências, governança e demais necessidades.

Além dos serviços anteriormente descritos, será possível o contato via telefone, aplicativos de mensagens (WhatsApp, Instagram), e e-mail, para solução de dúvidas e encaminhamentos sobre os temas tratados.

O curso tem previsão para acontecer presencialmente nas datas de 18 e 19 de janeiro de 2024, na cidade de Concórdia/SC, para no mínimo 10 (dez) servidores do município.

IV – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

O Município de Itá/SC necessita de acompanhamento na mudança em relação as compras e contratações públicas, com a capacitação dos agentes públicos sobre a importância das contratações públicas através da nova lei de licitações (Lei Federal nº 14.133, de 2021), com enfoque prático de todas as fases da licitação, desde a formação do processo licitatório, planejamento, seleção de fornecedores, até a homologação, gestão e fiscalização de contratos administrativos, dispensa de licitação e procedimentos auxiliares.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ**

**Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.
CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina
E-mail: licitacao@ita.sc.gov.br - site: ita.atende.net**

O mesmo curso será aplicado conjuntamente com os Municípios de Piratuba, Lindoia do Sul, Itá e Xavantina além de técnicos da Amauc e Consórcios Públicos.

Como dever, os municípios, estados e união tem a obrigação de capacitar os servidores envolvidos nestes processos, a fim de garantir melhores e mais eficazes serviços prestados, dessa maneira, o curso em questão se faz necessário ainda pelos seguintes motivos:

Atualização do conhecimento: A Lei nº 14.133/2021 representa uma significativa mudança no cenário das licitações públicas, estabelecendo novas regras, diretrizes e práticas a serem seguidas. O curso permitirá que os profissionais envolvidos no setor de compras, licitações e contratos obtenham conhecimento atualizado sobre as alterações introduzidas pela lei, assegurando que suas práticas estejam em conformidade com a legislação vigente.

Aprimoramento das habilidades técnicas: O curso oferecerá oportunidades para aprimorar as habilidades técnicas necessárias à elaboração de documentos adequados à Lei nº 14.133/2021. Os participantes serão capacitados para compreender e aplicar corretamente os novos conceitos, instrumentos e procedimentos estabelecidos na legislação, visando a um processo licitatório mais eficiente e transparente.

Dessa maneira, a administração pública poderá realizar contratações de maior qualidade, que atendam às demandas de maneira mais econômica e efetiva.

V- DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO:

Previsão na Lei Orçamentária Anual – LOA Lei nº 2.766 de 12 de dezembro de 2023.
O Município ainda não possui o Plano Anual de Contratações.

VI – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A empresa escolhida deverá ministrar as aulas e matérias conforme cronograma abaixo:

METODOLOGIA A proposta inclui 16 (dezesesseis) horas de curso presencial sobre a nova lei de licitações, aspectos gerais e específicos aplicados ao município, com enfrentamento de situações cotidianas, sobre a realidade da administração pública e atuação dos agentes públicos, gerando conhecimento sobre os pontos mais polêmicos da legislação e capacitando para atuação diária, seja dos requisitantes, no assessoramento jurídico, controle interno ou diretamente nos responsáveis pelas compras públicas, com possibilidades de perguntas e esclarecimento de dúvidas sobre os temas. A proposta também contempla até 4 (quatro) reuniões virtuais de 1 (uma) hora cada, para esclarecimentos, tira dúvidas e orientações diversas. Ainda, a realização de 12 (doze) horas de assessoramento virtual para acompanhamento das ações desenvolvidas, orientações sobre a implantação da nova lei de licitações, pelo período de 60 (sessenta) dias, abrangendo acompanhamento dos processos licitatórios e contratos administrativos, auxílio na gestão por competências, governança e demais necessidades. Entregando: Minuta de Regulamento da NLL, com todas as matérias necessárias para implementação da Nova Lei de Licitações; Uma minuta de DFD (Documento de Formação de Demanda), ETP (Estudo Técnico Preliminar), TR (Termo de Referência), Edital e Contrato. Além das horas descritas, possibilidades de contatos via telefone, aplicativos de mensagens (WhatsApp,



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ**

**Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.
CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina
E-mail: licitacao@ita.sc.gov.br - site: ita.atende.net**

Instagram) e e-mail, para dúvidas e encaminhamentos sobre os temas tratados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA CAPACITAÇÃO

MÓDULO I - 4 (quatro) horas ➤ Papel dos agentes políticos e Gestores; ➤ Fluxo da contratação pública; ➤ Planejamento das licitações; ➤ Fiscalização das licitações; ➤ Responsabilidade da alta Administração na Lei 14.133/21.

MÓDULO II – 12 (doze) horas ➤ Regras de Transição (contratos, atas de registro de preços vigentes, publicação de licitações pelas Leis 8.666/93 e 10.520/02, até quando?) – Medida Provisória 1.167/23; ➤ Foco da Lei: Governança e Resultado (problemas, soluções e resultado mais vantajoso) ➤ Objetivos da Licitação; ➤ Agentes públicos da licitação e o princípio da segregação de função; ➤ Agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio e comissão de contratação; ➤ Atuação do Assessoramento Jurídico e Controle Interno; ➤ Planejamento; ➤ Plano Anual de Contratação; ➤ Documento de Formalização de Demanda; ➤ Estudo Técnico Preliminar; ➤ Termo de Referência; ➤ Gestão de Riscos. ➤ Tratamento diferenciado micros e pequenas empresas, exceções; ➤ Consórcios Públicos; ➤ Modalidades de Licitação (extinção – tomada de preços e convite e nova modalidade – diálogo competitivo); ➤ Fases da Licitação; ➤ Procedimentos eletrônicos; ➤ Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP; ➤ Implicações aos Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes; ➤ Pesquisa de Preços (parâmetros, preço estimado, média, mediana, menor valor e sigilo); ➤ Minuta do Edital – o que deverá conter no edital pela nova lei? ➤ Regulamentos necessários para implementação da Nova lei de Licitações; ➤ Divulgação do Edital (locais obrigatórios); ➤ Prazos de divulgação do Edital; ➤ Principais inovações no Pregão e Concorrência; ➤ Objeto licitado (bens e serviços); ➤ Pregão (obrigatório bem e serviço comum); ➤ Concorrência; ➤ Leilão e concurso; ➤ Critérios de julgamento (art. 33); ➤ Modos de Disputa (aberto, fechado e suas combinações); ➤ Como aplicar o formalismo moderado; ➤ Impugnações ao Edital (quem pode fazer e quais os prazos); ➤ Recursos e pedido de reconsideração; ➤ Encerramento da licitação (revogação, anulação, adjudicação e homologação). ➤ Procedimentos auxiliares (não são modalidades de licitação); ➤ Credenciamento (hipóteses); ➤ Sistema de Registro de Preços (o que mudou); ➤ Duração dos contratos administrativos (prazos e hipóteses); ➤ Gestores e Fiscais de Contratos; ➤ Registros da execução contratual; ➤ Contratação Direta – Inexigibilidades e Dispensas (principais mudanças).

– A empresa deverá apresentar as seguintes declarações/documentações:

PESSOA JURÍDICA:

1) DECLARAÇÕES:

- **Declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

- **Declaração** que não incorre nos impedimentos;

- **Declaração** que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ**

**Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.
CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina
E-mail: licitacao@ita.sc.gov.br - site: ita.atende.net**

garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar;

- **Declaração** de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

2) HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Comprovação de existência jurídica da pessoa, através de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

- Documento com foto de um representante legal;

3) HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

- Regularidade perante a Fazenda Federal;

- Regularidade perante a Fazenda Estadual;

- Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;

- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

- Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);

4) HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

- PRAZO DE ENTREGA

– Os serviços deverão ser prestados pela empresa nas datas e horários definidos no presente Estudo Técnico.

VII – LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Com a utilização da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), torna-se necessário não só capacitar os servidores envolvidos diretamente, mas também formá-los dentro



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ**

Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.

CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina

E-mail: licitacao@ita.sc.gov.br - site: ita.atende.net

da Nova Lei, que trouxe mudanças e avanços nos processos licitatórios e contratos administrativos. Durante o último ano, algumas capacitações já foram realizadas, porém, como a grande maioria dos municípios ainda trabalhavam totalmente ou quase totalmente com a Lei nº 8.666/93, houve uma dificuldade em encontrar cursos específicos para formação desses agentes públicos. Algumas das instituições ofertaram cursos de formação bem longos, que duravam vários finais de semana e se estendiam durante 2 ou mais meses, o que se tornaria demasiadamente oneroso e cansativo, uma vez que estes cursos estavam sendo ofertados principalmente de maneira presencial e nas capitais e grandes centros.

A capacitação objeto deste estudo, a ser ministrada pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, na cidade de Concórdia/SC, promete abordar temas importantíssimos para a capacitação e formação desses servidores públicos que trabalham diretamente com o setor de licitações, compras e contratos, em um período relativamente curto de tempo, o que torna-se financeiramente mais viável, além de menos extenuante aos servidores em questão.

VIII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

Como já citado nos tópicos anteriores, a solução para a demanda em questão, visando garantir os melhores e mais eficazes serviços prestados e executados, é a contratação de empresa para ministrar o curso abordado e já exemplificado no presente Estudo Técnico, visando a inscrição e participação de servidores públicos (no mínimo 10 vagas) do Setor de Compras e Licitações, Secretários e outros Agentes Públicos envolvidos no Curso em questão.

IX – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:

Item	Especificação	Unid	Quant.
01	Inscrição para servidores do município (no mínimo 10 vagas) participarem de capacitação e assessoramento sobre a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), com enfoque prático de todas as fases da licitação, desde a formação do processo licitatório, planejamento, seleção de fornecedores, até a homologação, gestão e fiscalização de contratos administrativos, dispensa de licitação e procedimentos auxiliares.	Serv.	01

X – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ**

**Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.
CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina
E-mail: licitacao@ita.sc.gov.br - site: ita.atende.net**

CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

Ao comparar o valor praticado pela mesma empresa para cursos iguais ou semelhantes, percebe-se que o valor pago para as inscrições negociadas pelo município encontra-se abaixo da média, o que viabiliza a contratação da empresa em questão.

O valor a ser cobrado para o município de Itá/SC participar do curso, com pelo menos 10 (dez) vagas confirmadas para servidores é no valor de R\$ 10.224,00 (dez mil, duzentos e vinte e quatro reais). Ao fazer o cálculo do valor por inscrição, percebe-se que se encontra por volta de R\$ 1.000,00 (mil reais) por servidor para todo o curso presencial, contando ainda com os benefícios da assessoria pós-curso, como já citado no início deste Estudo.

Ao comparar o valor por inscrição com outros cursos na mesma área, inclusive cursos já praticados pelo nosso município e municípios vizinhos, percebe-se que o valor encontra-se abaixo do praticado usualmente, o que justifica o preço em questão.

No valor está inclusa consultoria específica durante 60 dias, reuniões e assessoramento virtuais para oportunidade de sanar dúvidas com professores e especialistas quando necessário, o que o torna de extrema importância, visando a melhora dos serviços executados pelo setor de licitações, compras e contratos do município de Itá/SC.

Item	Especificação	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Inscrição para servidores do município (no mínimo 10 vagas) participarem de capacitação e assessoramento sobre a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), com enfoque prático de todas as fases da licitação, desde a formação do processo licitatório, planejamento, seleção de fornecedores, até a homologação, gestão e fiscalização de contratos administrativos, dispensa de licitação e procedimentos auxiliares.	01 Serv.	R\$ 10.224,00	R\$ 10.224,00

Desta maneira, levando em consideração as quantidades de inscrições realizadas, estima-se um gasto no valor de R\$ 10.224,00 (dez mil, duzentos e vinte e quatro reais).

XI- JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Não haverá parcelamento da solução, uma vez que se trata de pagamento de inscrição para curso de formação.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não existe no momento contratações correlatas e interdependentes.

XIII – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ**

**Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Fone (49) 3458-9500.
CEP: 89760-000 – ITÁ – Santa Catarina
E-mail: licitacao@ita.sc.gov.br - site: ita.atende.net**

CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:

No presente momento, o município ainda não possui o Plano Anual de Contratações.

XIV – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

Capacitar os servidores envolvidos na tomada de decisões e na condução de processos licitatórios e nos contratos administrativos, para que então executam suas tarefas e serviços de maneira mais eficaz para o serviço público. A Lei nº 14.133/2021 trouxe mudanças importantes nas regras, práticas e diretrizes das contratações e contratos públicos, dessa maneira, com a realização do curso de capacitação, que neste Estudo já foi definido e caracterizado, será fornecido conhecimentos e habilidades para que os agentes públicos envolvidos possam executar suas tarefas com métodos atualizados, mais eficientes e dentro de legalidade jurídica.

XV – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

Os servidores que participarão do curso serão responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos serviços prestados pela empresa, que podendo solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos serviços prestados.

XVI – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL:

Como trata-se de pagamento de inscrição para participação em curso, não haverá impactos ambientais negativos.

XVII– POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação em questão.

Município de Itá, 11 de janeiro de 2024

Élton José Thomas
Secretário Municipal de Administração e Fazenda